

humanitas

Vol. XXXI-XXXII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXXI-XXXII



COIMBRA

MCMLXXIX-MCMLXXX

por um lado a afirmação sem mais de que «Sólón suprime la esclavitud» (p. 148), quando se sabe que apenas aboliu a escravatura por dívidas; por outro a ausência de quaisquer remissões bibliográficas, ao tratar de um tema que possui tão abundante bibliografia, como acontece no caso da democracia ateniense.

Aliás, a ausência de bibliografia e de citações constitui uma característica do livro, o que não deixa de causar estranheza, já que abundam as obras sobre o pensamento político de Platão e, em especial, no que concerne à *República* (nesta perspectiva um reparo também para a não existência de uma bibliografia final, pelo menos das obras mais significativas sobre o pensamento político de Platão). De facto, ao longo de toda a exposição não discute as opiniões de outros comentadores, com excepção de breves alusões, de forma vaga (e.g. pp. 48, 75, 78, 83-84). Apesar da sua confissão de preferir a exposição directa da obra e renunciar intencionalmente «a una discusión con la crítica moderna de Platón» que fará em outro momento (p. 15), não pode deixar de lamentar-se que, ao tratar do comunismo deste autor, se omita de forma sistemática, com excepção da leve alusão a Popper referida acima, as várias obras sobre o assunto.

É contudo um livro útil, de leitura agradável, que fornece uma explicação simples e acessível dos símiles da luz, da linha e, sobretudo, da caverna (facilitada por uma ilustração) e que apresenta, a concluir, um útil índice de vocábulos e matérias com remissões para o livro e para a obra de Platão (pp. 161-193), em especial para a *República*. Na base do índice, como confessa o autor, estão as obras de K. Vretska, *Platon, Der Staat*, Stuttgart, 1971, H. Perls, *Lexikon der platonischen Begriffe*, Bern-München, 1973. Um livro que, além disso, se não exime aos confrontos com a actualidade, apontando as semelhanças e estabelecendo as diferenças. É o que acontece no citado cap. VI e ao observar que a «teoría platónica no admite un Estado comunista capitalista que recoja la producción común y la distribuya entre los ciudadanos», já que a «propriedad radical no está en un poder central y organizado, en un Estado poseedor, sino en los trabajadores manuales» (p. 50).

J. RIBEIRO FERREIRA

ROBERT J. BUCK, *A History of Boeotia*, The University of Alberta Press, 1979, 205 pp.

Este livro — que constitui uma das raras excepções na corrente geral de estudos dedicados a Atenienses e Espartanos — descreve a história de um povo que, desde a ocupação da Beócia, provavelmente já concluída em 950 a.C., até à guerra do Peloponeso, nunca se deixou comandar por um tirano e demonstrou preferência pelo regime oligárquico, criou uma federação dotada de uma constituição oligárquica de tipo representativo e possuiu uma organização social que parece não ter conhecido as tribos e as fratrias.

Como o autor confessa na «Introdução», a obra só incidentalmente trata da arte, cultura e literatura. No cap. I dá-nos uma visão da geografia da Beócia, no

seu aspecto físico e demográfico: tenta localizar as povoações, santuários e suas vias de comunicação. O cap. II é uma revisão rápida dos testemunhos arqueológicos, desde o Período Neolítico ao Heládico Recente IIIc. Merecem atenção as duas fases de destruições, acompanhadas de novos tipos de cerâmica (o protomínio), que no Peloponeso se verificam na passagem do Heládico Antigo II para o III, ou seja por volta de 2100, e na Beócia, bem como em outros sítios do continente grego, nos fins do III; esta segunda vaga marcaria o início do Heládico Médio. Buck explica essas devastações em épocas diferentes pelo recurso a duas invasões aparentadas, portadoras da língua antepassada do grego, que considera mais natural terem vindo das regiões do Norte dos Balcãs (p. 35-36). Não explica, contudo, porque o fenómeno se deu primeiro no Peloponeso, quando, a serem originários do Norte os povos causadores das destruições, seria mais lógico que primeiro aparecesse na Beócia.

No tocante à construção das muralhas ciclópicas de protecção das cidadelas, que constituiu uma característica do chamado mundo micénico no Heládico Recente III A e B, Buck constata que na Beócia, pelos locais em que foram erguidas — apenas um dos grupos, a Noroeste, poderia ser interpretado como defesa de Orcómeno contra os ataques do Norte, embora seja mais razoável supor, como o autor tende a pensar, que constituísse uma barreira da Fócida contra surtidas daquela cidade (p. 41) —, essas fortalezas parecem indicar que os reinos se temiam e as muralhas visavam primeiramente a protecção contra outros micénios, em especial os vizinhos (pp. 38-39). Teríamos assim um mundo micénico fraccionado em grupos hostis, cujas lutas, a julgar pela data em que foram iniciadas tais construções, parece terem começado no Heládico Recente III A (p. 39). Tebas seria uma das vítimas: o autor aceita c. 1240 como data provável da sua destruição (pp. 39-40 e 41).

Sobre o declínio do mundo micénico é pena que Buck se limite a enumerar as várias explicações até agora apontadas, com a afirmação de que nenhuma é geralmente aceite, e a concluir com prudência que terão existido duas fases de destruições, uma nos finais do Heládico Recente III B (c. 1220) e outra nos fins do IIIc 1, c. 1150 (pp. 40-41). Embora se possa alegar que o capítulo visava apenas um levantamento sucinto das questões, com vista à história posterior da Beócia, a importância dos eventos e a sua repercussão no futuro mereciam a análise e discussão das várias alternativas e causas que possam explicar esse declínio. A orientação das fortificações na Beócia podia ser aduzida como um dado susceptível de contradizer umas hipóteses e fortalecer outras.

No cap. III, «Lendas e tradições da Idade do Bronze», e no IV, «Tradições e História da Idade do Bronze», estuda as informações dos historiadores gregos concernentes aos primórdios da Beócia (primeiros povos, Cadmo e fundação de Cadmeia, Édipo e sua descendência, os Sete e os Epígonos), nelas detectando três tradições diferenciadas: a de Hecateu, a de Helânio e a de Ferecides. A análise crítica a que submete essas informações permite-lhe dividi-las em cinco fases, para as quais encontra correspondência nos testemunhos arqueológicos: a primeira, ao H R I, II etalvez III A 1—nela se verifica um contacto intenso entre a Beócia e a Ática (pp. 56-57); a segunda, ao H R III A 2 e inícios do III B, em que os palácios se tornam murados, é caracterizada pelos heróis locais da Beócia ou da Ática, mas não de ambas; na terceira, que corresponde ao H R III B, quando se torna evidente que nem tudo corre bem na Grécia e se observam perturbações, as figuras tornam-se ainda mais

locais e caracterizam-se por um maior empenhamento na guerra; a quarta fase — fins do H R III B — é a da guerra de Tróia; na quinta — que corresponde ao colapso dos fins do H R III B e aos acontecimentos do III C 1 — parece verificar-se na Beócia uma invasão de povos vindos da Trácia que chegaram a apoquentar a Ática e se mantiveram, pelo menos na Fócida e Beócia ocidental, até à chegada dos Beócios, de que trata o cap. V (pp. 75-84). A terra de origem desses povos que, por volta de 1150-1100, devem ter começado a sua demorada ocupação da Beócia, encontra-a o autor na Tessália, onde numa região central à volta de Arne e na periferia do mundo micénico teriam vivido por tempo considerável. O dialecto beócio, com características do grego oriental e do ocidental, aponta também nesse sentido: ter-se-ia formado na Tessália central em zona de contacto dos dois. Seriam esses Beócios da Tessália a participar na guerra de Tróia e a eles se referiria a *Ilíada* (por exemplo: XIII. 685 sgg.). A referência a Beócios na Beócia do «Catálogo das Naus» do Canto II, constituiria uma modificação de tradições micénicas feita em época posterior para adaptar estas a realidades post-micénicas (p. 76). Emigrados da Tessália entre 1150 e 1100, por pressão talvez de outros povos vindos do Epiro, teriam entrado na Beócia, ao que parece pela zona ocidental, e dominado os povos preexistentes que se refugiaram na Eubeia, Ática ou no além-mar. As populações que ficaram, tudo o indica, não foram subjugados pelos invasores durante a ocupação, que já devia estar concluída em 950, já que entre estes não encontramos uma classe semelhante aos hilotas de Esparta ou aos penestes da Tessália.

O cap. VI, «Beócia no Período Arcaico», passa revista à história da região no espaço de tempo que vai de 950 até c. de 500. Período de gestação, durante o qual a Beócia cresceu em população e prosperidade e adquiriu alguns dos traços que a singularizam: consciência de que possuíam uma afinidade étnica e cultural; o nascimento de várias *poleis* nos fins do séc. IX; a instituição de uma anfíctonia, para supervisionar as festas das *Pamboiotia* em honra de Atena Itónia, dotada de uma organização que deve ter constituído o embrião da futura federação beócia; a inexistência de tribos e fratrias, no que se assemelha a povos gregos do Noroeste, ou pelo menos a sua nula importância funcional na cultura e na política; a formação de uma estrutura social com base em aristocracias, sujeitas a alguns ajustamentos e alterações aquando da introdução da hoplítia. Foram essas aristocracias que instituíram um sistema de governo oligárquico de persistente duração, com um ou outro entusiasmo isolado ou esporádico pela democracia, como foi o caso de Plateias e de outras cidades na altura da influência ateniense entre 458 e 447.

Nos caps. VII, VIII e IX, Buck trata a vida acidentada da federação Beócia e das vicissitudes por que passou desde a sua formação (em data não muito anterior a 520), talvez para fazer frente à ameaça da Tessália, até ao início da guerra do Peloponeso. No aspecto organizativo, cujo embrião se encontra já na anfíctonia de Itónia, a Beócia estava dividida em distritos, cada um dos quais contribuía, ao que parece, pelo menos a partir de meados do séc. V, com um beotarca, 60 elementos para integrar o conselho federal, 1000 hoplitas e 100 cavaleiros para o exército, um determinado número de dicastas e uma quota de tributos. Dotada de uma constituição oligárquica que se mostrou viável por mais de cem anos, a federação beócia, no entanto, nunca agiu verdadeiramente como um todo: não englobou todas as cidades — Plateias, por exemplo, só a ela pertenceu na época do domínio ateniense de 457 a 447 — e os seus membros entregaram-se a constantes lutas de hege-

monia, até que a liga se tornou um instrumento político à disposição de Tebas (pp. 154-155). Apesar desse particularismo e rivalidade que não permitiram uma união mais perfeita, a federação foi útil e assegurou alguns direitos às cidades mais pequenas.

Nas questões controversas, o autor adopta geralmente uma atitude bastante prudente, examina criticamente os problemas e, à luz das fontes e dos dados históricos, sujeita as opiniões dos outros estudiosos a uma análise que, por vezes, lhe permite optar por hipóteses ou seguir opiniões que nem sempre são as mais correntes. É o caso do bem conhecido e discutido medismo dos Beócios durante as guerras pérsicas (pp. 128-135) e da possível dissolução da federação depois da batalha de Plateias (pp. 141-142).

No primeiro caso, à tese mais seguida de que, das cidades beócias, só Plateias e Téspias se associaram sem reservas aos aliados gregos, enquanto as restantes ajudaram o inimigo (talvez por ódio aos Atenenses preferissem uma vitória dos Persas) e só por pressão dos aliados gregos mandaram para as Termópilas 400 hoplitas que na primeira oportunidade desertaram, Buck inclina-se a pensar que os Beócios em 481 enviaram *probouloi* ao congresso dos Aliados em Corinto, que teria servido de mediador na sua contenda com Atenas, e ao lado dos Gregos participariam nas expedições ao vale de Tempe e nas Termópilas. Só depois desses fracassos teriam passado a ajudar os Persas (pp. 130-131). Com esta atitude realista, sublinha o autor, a federação conseguira evitar a destruição das suas cidades e a devastação do território pelos invasores (p. 133). Quanto ao segundo ponto, Buck, na esteira de Amit, *Great and Small Polis*, Bruxelles, 1973, pp. 86-87, B. H. Fowler, *Phoenix*, 11 (1957) 168, M. Sordi, *Atene e Roma* 13 (1968) 66-67, e contra o parecer de G. Busolt, *Griechische Geschichte* II, München, 1926, p. 1413, G. Glotz et R. Cohen, *Histoire Grecque* II, Paris, 1938, p. 92, J. A. O. Larsen, *Greek Federal States*, Oxford, 1968, p. 32, é de opinião que a federação beócia não foi dissolvida após a batalha de Plateias.

Pontos de interesse destes últimos capítulos são ainda a questão do estabelecimento de democracias em cidades beócias por influência de Atenas e a da possível incompetência de tais regimes (pp. 143-149), a organização e funcionamento da federação (pp. 155-160).

Uma bibliografia substancial, dois úteis índices — um onomástico-ideográfico que permite um acesso mais rápido aos diversos assuntos, e outro de autores e citações — e nove mapas completam esta obra de síntese que nos oferece uma visão de conjunto da história da Beócia, desde os tempos primitivos até ao desencadear da guerra do Peloponeso em 431.

J. RIBEIRO FERREIRA